PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS

# LEI Nº:1.281 DAS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS (LDO)

31/07/2023

**LEI MUNICIPAL N° 1.281, DE 31 DE JULHO DE 2023.**

CERTIFICO que conforme § 1º do art. 88 da lei Orgânica Municipal publiquei esta(a) lei em local de costume em data de 31/07/2023 conforme determinação superior.
Fortaleza de Minas 31 de julho de 2023
Chefe de Gabinete

***"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**O PREFEITO MUNICIPAL**
Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I
## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2024, compreendendo:

I – as metas e as prioridades da administração pública municipal;
II – as orientações básicas para a elaboração da lei orçamentária anual;
III – as disposições sobre a política de pessoal e de serviço extraordinário;
IV – as disposições sobre as receitas, as alterações na legislação tributária e as medidas de combate à evasão e à sonegação;
V – o equilíbrio entre receitas e despesas;
VI – os critérios e as formas de limitação de empenho;
VII – as normas relativas a controle de custos e a avaliação de resultados de programas financiados com recursos orçamentários;
VIII – as condições e as exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
IX – a autorização para auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes de federação;
X – os parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
XI – a definição de critério para o início de novos projetos;
XII – a definição de despesas consideradas irrelevantes;
XIII – o incentivo à participação popular;
XIV – as disposições gerais.

## CAPÍTULO II
## DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### SEÇÃO I
### AS METAS E AS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do município, as ações relativas à manutenção e ao funcionamento dos órgãos da administração direta, e as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2024, correspondem

às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei, especificadas de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2022–2025 as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2024 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.
§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2024 deverá ser elaborado em consonância com as metas e as prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.
§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2024 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

## SEÇÃO II
## AS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

### SUBSEÇÃO I
### DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta lei, serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2022 a 2025.

Art. 4º O orçamento fiscal discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º O orçamento fiscal compreenderá a programação do Poder Executivo e Legislativo, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão central de contabilidade do município.

Art. 6º O projeto da lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:
I – texto da lei;
II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22º da Lei nº 4.320/1964;
III – quadros orçamentários consolidados;
IV – anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto da lei orçamentária de 2024, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2023, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto da lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento na base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta lei.

Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 10. A lei orçamentária discriminará as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para fins de acompanhamento, controle, e centralização, os órgãos da administração pública municipal, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios, à apreciação da Procuradoria Municipal.

**SUBSEÇÃO II**
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA E AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 11. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública, e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para o pagamento da dívida.

§ 2º O município subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal e suas alterações, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 12. Na lei orçamentária para o exercício de 2024, as despesas com amortizações, juros, e demais encargos da dívida, serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 13. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

## SUBSEÇÃO III
## DA DEFINIÇÃO DO MONTANTE E DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, e será equivalente a no máximo 5% da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2024, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

## SEÇÃO III
## AS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL E DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

## SUBSEÇÃO I
## DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL E DE ENCARGOS SOCIAIS

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remunerações, criações de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal.

## SUBSEÇÃO II
## DA PREVISÃO PARA A CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL DE HORAS EXTRAS

Art. 17. Se durante o exercício de 2024, a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal, e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara, conforme Estatuto dos Servidores.

## SEÇÃO IV

## AS DISPOSIÇÕES SOBRE AS RECEITAS, ALTERAÇÕES NA LEGILAÇÃO TRIBUTÁRIA E AS MEDIDAS DE COMBATE A EVASÃO E A SONEGAÇÃO

Art. 18. A estimativa da receita que constará do projeto da lei orçamentária para o exercício de 2024, com vistas à expansão da base tributária, e consequente aumento das receitas próprias, contemplará as medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação, e julgamento dos processos tributários administrativos, por meio da revisão e da racionalização das rotinas e dos processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos, e a eficiência na prestação de serviços, visando à racionalização, simplificação, e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança, e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aplicação das penalidades fiscais, como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 19. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior, levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização, ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, formas de cálculos, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição por lei específica, da Contribuição de Melhoria, com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 20. O projeto que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21. Na estimativa das receitas do projeto da lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária, que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2024.

§ 2º No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

## SEÇÃO V
## O EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 22. A elaboração do projeto, a aprovação, e a execução orçamentária, serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário, necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta lei.

Art. 23. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita, ou aumento de despesa, no exercício de 2024, deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita, ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2024 a 2026, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa, sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 24. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas, deverão levar em conta as seguintes medidas:

I – para a elevação das receitas:
a) a implementação das medidas previstas nos artigos 18 e 19 desta lei,
b) a atualização do cadastro imobiliário, o chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa e posterior execuçãofiscal.

II – para a redução das despesas:

a) a utilização da modalidade de licitação denominada pregão e a implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra, e evitar a cartelização dos fornecedores,
b) a revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

## SEÇÃO VI
## OS CRITÉRIOS E AS FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 25. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo procederá à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada com base no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2024, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

Parágrafo único. Excluem da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas com pessoal e encargos sociais, as despesas com benefícios previdenciários, as despesas com amortização, juros e encargos da dívida, as despesas com PASEP, as despesas com pagamentos de precatórios e sentenças judiciais, as demais despesas que constituam obrigação constitucional legal.

## SEÇÃO VII
## AS NORMAS RELATIVAS A CONTROLE DE CUSTOS E A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DEPROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 26. O Poder Executivo realizará estudos, visando à definição de sistema de controle de custos, e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 27. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos, e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A lei orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º Merecerá destaque, o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira, e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação, e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos, e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

## SEÇÃO VIII
## AS CONDIÇÕES E AS EXIGÊNCIAS PARA AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 28. A destinação de recursos públicos para cobrir as necessidades de pessoas físicas ou jurídicas, deverá ser autorizada por lei específica, atender as disposições especificadas nesta lei, estar prevista no orçamento e em seus créditos adicionais, e acontecer sob as seguintes modalidades orçamentárias: auxílio, contribuição e subvenção.

Art. 29. A concessão de auxílio, contribuição e subvenção social será concedida com a estrita observação dos seguintes aspectos:

I – apresentação da lei que a declare como entidade de utilidade pública;
II – apresentação da declaração de efetivo funcionamento nos últimos dois anos emitida por autoridade local;
III – apresentação do comprovante de regularidade do mandato da diretoria;
IV – apresentação do comprovante da atividade de natureza continuada;
V – apresentação de certificado de adimplência fiscal;
VI – ser entidade sem fins lucrativos;
VII – celebração de convênio definindo a regência do objeto pactuado;
VIII – apresentação do plano de trabalho;
IX – apresentação da prestação de conta do recurso recebido, submetendo-se a fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos;
X – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente.

§ 1º Para a concessão de subvenção social ainda deverá ser observado:
I – a destinação para a cobertura de despesa corrente (custeio);
II – ser entidade sem fim lucrativo na área de assistência social, saúde e educação, de atendimento direto e gratuito ao público, colocando à disposição da comunidade bem e serviço, existindo assim a contraprestação de serviço.

§ 2º Para a concessão de auxílio ainda deverá ser observado:
I – a destinação para a cobertura para despesa de capital (investimento);
II – ser entidade sem fim lucrativo, cujo recurso seja exclusivamente para cobrir despesa de investimento, independente da contraprestação direta de bem e serviço.

§ 3º Para a concessão de contribuição ainda deverá ser observado:
I – a destinação para a cobertura para despesa corrente (custeio) e ou para despesa de capital (investimento);

II – ser entidade sem fim lucrativo, cujo recurso seja para despesa corrente ou capital, independente da contraprestação direta de bem e serviço, e não seja reembolsável pelo recebedor.

Art. 30. A subvenção econômica é concedida à empresa pública ou privada, de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril, com fim lucrativo, sendo destinada para cobrir déficit de manutenção ou de funcionamento de empresa pública, para cobrir a diferença entre o preço de mercado e o preço de revenda pelo governo de gênero alimentício ou outro material, para pagamento de bonificação a produtor de determinado gênero ou material, de acordo com o artigo 19 da lei nº 4.320/64, devendo ser autorizada por meio de lei especial.

Art. 31. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e sejam observadas as condições definidas em lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo, não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 32. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, calculada de acordo com o limite de repasse legal.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal, somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos públicos a Organizações da Sociedade Civil mediante celebração de parcerias tendo por objeto a execução de atividade ou projeto de competência do Município e deverão ser especificamente autorizada em lei municipal e formalizada por meio de Termo de Fomento ou Termo de Colaboração, em consonância com a Lei 13.019/2014.

§ 1º. A celebração, execução e prestação de contas obedecerão aos critérios e prazos estabelecidos em legislação federal e municipal pertinentes, bem como nas instruções editadas pelo Tribunal de Contas do estado de Minas Gerais.

§ 2º. Fica vedada a concessão de repasses financeiros às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como às que não tiverem suas contas aprovadas pelo executivo Municipal.

## SEÇÃO IX
## A AUTORIZAÇÃO PARA AUXILIAR O CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DE FEDERAÇÃO

Art. 34. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica, e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo, deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, e o artigo 62 da Lei Complementar 101/00.

## SEÇÃO X
## OS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 35. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, a divulgação no órgão oficial de publicação, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária de 2024:

I – das metas bimestrais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
II – da programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
III – do cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

## SEÇÃO XI
## A DEFINIÇÃO DE CRITÉRIO PARA O INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Art. 36. Além da observância das metas e das prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta lei, a lei orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão novos projetos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2022 a 2025 e com as normas desta lei;
II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV – os recursos alocados destinarem-se a convênios de recursos federais e estaduais, bem como a contrapartida exigida, ou ainda de operações de crédito;

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2024, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2023.

## SEÇÃO XII
## A DEFINIÇÃO DE DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 37. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

## SEÇÃO XIII
## O INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 38. O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício financeiro de 2024, deverá assegurar a transparência na elaboração e na execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes, às informações relativas ao orçamento.

## SEÇÃO XIV
## AS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2024 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2024 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 40. O Município poderá realizar, no curso da execução orçamentária, a inclusão de outras fontes de recursos e a alteração do código da fonte e destinação de recursos aprovados na Lei Orçamentária de 2024, para atender às suas peculiaridades.

§ 1º Não se considera abertura de crédito adicional suplementar a modificação do código da fonte e destinação de recursos de que trata o caput deste artigo.

§ 2º As modificações de que trata o caput deste artigo serão efetuadas por ato do Chefe do Executivo, devidamente justificadas, observando-se o padrão estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, obedecendo ainda às normas sobre a matéria editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 41. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de leis relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

Art. 42. A abertura de créditos especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

§ 1º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 43. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art 44. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 45. Se o projeto de lei orçamentária de 2024 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2023, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:
I – pessoal e encargos sociais;
II – benefícios previdenciários;
III – amortização, juros e encargos da dívida;
IV – PASEP;
V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do município;
VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do artigo 44, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2024, para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 46. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente lei os seguintes anexos:
I – Anexo de Metas Fiscais;
II – Anexo de Riscos Fiscais;
III – Anexo de Metas e Prioridades

Art. 47. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza de Minas, 31 de julho de 2023.

**Adenilson Queiroz**
**Prefeito Municipal**

# ANEXOS

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**METAS ANUAIS**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º_, § 1º)

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2024 | | | | 2025 | | | | 2026 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) X 100 | % RCL (a / RCL) X 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) X 100 | % RCL (b / RCL) X 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) X 100 | % RCL (c / RCL) X 100 |
| Receita Total | 36.478.603,31 | 35.031.790,37 | 0,000 | 121,747 | 37.937.747,44 | 35.031.790,37 | 0,000 | 121,747 | 39.455.257,33 | 35.031.792,85 | 0,000 | 121,747 |
| Receitas Primárias (I) | 37.004.284,67 | 35.536.622,17 | 0,000 | 123,501 | 38.484.456,06 | 35.536.622,18 | 0,000 | 123,501 | 40.023.834,30 | 35.536.624,70 | 0,000 | 123,501 |
| Receitas Primárias Correntes | 36.115.743,38 | 34.683.322,17 | 0,000 | 120,536 | 37.560.373,12 | 34.683.322,18 | 0,000 | 120,536 | 39.062.788,04 | 34.683.324,64 | 0,000 | 120,536 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.464.952,90 | 1.406.850,00 | 0,000 | 4,889 | 1.523.551,02 | 1.406.850,00 | 0,000 | 4,889 | 1.584.493,06 | 1.406.850,10 | 0,000 | 4,889 |
| Contribuições | 1.114.191,00 | 1.070.000,00 | 0,000 | 3,719 | 1.158.758,64 | 1.070.000,00 | 0,000 | 3,719 | 1.205.108,99 | 1.070.000,08 | 0,000 | 3,719 |
| Transferências Correntes | 33.479.943,14 | 32.152.062,94 | 0,000 | 111,739 | 34.819.140,87 | 32.152.062,94 | 0,000 | 111,739 | 36.211.906,50 | 32.152.065,22 | 0,000 | 111,739 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 56.656,34 | 54.409,24 | 0,000 | 0,189 | 58.922,59 | 54.409,24 | 0,000 | 0,189 | 61.279,49 | 54.409,24 | 0,000 | 0,189 |
| Receitas Primárias de Capital | 888.541,29 | 853.300,00 | 0,000 | 2,965 | 924.082,94 | 853.300,00 | 0,000 | 2,965 | 961.046,26 | 853.300,06 | 0,000 | 2,965 |
| Despesa Total | 36.478.603,31 | 35.031.790,37 | 0,000 | 121,747 | 37.937.747,44 | 35.031.790,37 | 0,000 | 121,747 | 39.455.257,33 | 35.031.792,85 | 0,000 | 121,747 |
| Despesas Primárias (II) | 34.537.677,38 | 33.167.845,37 | 0,000 | 115,269 | 35.919.184,47 | 33.167.845,36 | 0,000 | 115,269 | 37.355.951,85 | 33.167.847,72 | 0,000 | 115,269 |
| Despesas Primárias Correntes | 31.753.909,69 | 30.494.487,36 | 0,000 | 105,978 | 33.024.066,07 | 30.494.487,35 | 0,000 | 105,978 | 34.345.028,71 | 30.494.489,52 | 0,000 | 105,978 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 18.488.189,79 | 17.754.911,93 | 0,000 | 61,704 | 19.227.717,37 | 17.754.911,92 | 0,000 | 61,704 | 19.996.826,06 | 17.754.913,17 | 0,000 | 61,704 |
| Outras Despesas Correntes | 13.265.719,90 | 12.739.575,44 | 0,000 | 44,274 | 13.796.348,70 | 12.739.575,44 | 0,000 | 44,274 | 14.348.202,65 | 12.739.576,35 | 0,000 | 44,274 |
| Despesas Primárias de Capital | 2.783.767,69 | 2.673.358,00 | 0,000 | 9,291 | 2.895.118,40 | 2.673.358,01 | 0,000 | 9,291 | 3.010.923,14 | 2.673.358,20 | 0,000 | 9,291 |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| Resultado Primário (III) = (I – II) | 2.466.607,29 | 2.368.776,81 | 0,000 | 8,232 | 2.565.271,59 | 2.368.776,82 | 0,000 | 8,232 | 2.667.882,45 | 2.368.776,98 | 0,000 | 8,232 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V)) | 120.000,00 | 115.240,57 | 0,000 | 0,400 | 110.000,00 | 101.574,22 | 0,000 | 0,353 | 110.000,00 | 97.667,52 | 0,000 | 0,339 |
| Dívida Pública Consolidada | 230.000,00 | 220.877,75 | 0,000 | 0,768 | 120.000,00 | 110.808,24 | 0,000 | 0,385 | 10.000,00 | 8.878,87 | 0,000 | 0,031 |
| Dívida Consolidada Líquida | (38.036.735,78) | (36.528.124,25) | 0,000 | -126,947 | (38.146.735,78) | (35.224.770,61) | 0,000 | -122,417 | (38.256.735,78) | (33.967.641,67) | 0,000 | -118,049 |
| Receitas Primárias Advindas de PPP (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |
| Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 | 0,00 | 0,00 | 0,000 | 0,000 |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:26:34

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

| VARIÁVEIS | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|---|---|---|
| PIB real (crescimento % anual) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmbio (R$/U$$ - Final do Ano) | 5,10 | 5,19 | 5,35 |
| Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 4,13 | 4,00 | 4,00 |
| Projeção do PIB do Estado - R$ 1,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 29.962.700,00 | 31.161.200,00 | 32.407.600,00 |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**METAS ANUAIS**

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

| 2024 | 2025 | 2026 |
|---|---|---|
| Valor Corrente / 1,0413 | Valor Corrente / 1,0830 | Valor Corrente / 1,1263 |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º , Inciso I) R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2022 (a) | % PIB | % RCL | Metas Realizadas em 2022 (b) | % PIB | % RCL | Variação | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 33.379.600,00 | 0,000 | 149,375 | 27.544.259,99 | 0,000 | 123,262 | (5.835.340,01) | -17,482 |
| Receitas Primárias (I) | 30.214.757,30 | 0,000 | 135,212 | 29.032.670,04 | 0,000 | 129,923 | (1.182.087,26) | -3,912 |
| Despesa Total | 33.379.600,00 | 0,000 | 149,375 | 26.649.137,39 | 0,000 | 119,256 | (6.730.462,61) | -20,163 |
| Despesas Primárias (II) | 33.243.223,45 | 0,000 | 148,765 | 26.461.427,18 | 0,000 | 118,416 | (6.781.796,27) | -20,401 |
| Resultado Primário (III) = (I – II) | (3.028.466,15) | 0,000 | -13,553 | 2.571.242,86 | 0,000 | 11,506 | 5.599.709,01 | -184,902 |
| Resultado Nominal | 3.846.682,18 | 0,000 | 17,214 | 2.571.242,86 | 0,000 | 11,506 | (1.275.439,32) | -33,157 |
| Dívida Pública Consolidada | 462.090,48 | 0,000 | 2,068 | 462.090,48 | 0,000 | 2,068 | 0,00 | 0,000 |
| Dívida Consolidada Líquida | (37.804.645,30) | 0,000 | -169,178 | (37.813.384,25) | 0,000 | -169,217 | (8.738,95) | 0,023 |

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|---|---|
| Previsão do PIB Estadual para 2022 | 0,00 |
| valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:27:15

### Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

O Plano Plurianual - PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados inclusive a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionou-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que o objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também se considerou a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual se efetivou de modo esperado, sendo, portanto, suficiente para realizar parte dos programas/ações definidos no PPA.

## AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º_, § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % |
| Receita Total | 32.200.000,00 | 33.379.600,00 | 3,66 | 35.031.790,35 | 27,18 | 36.478.603,31 | 4,13 | 37.937.747,44 | 4,00 | 39.455.257,33 | 4,00 |
| Receitas Primárias (I) | 0,00 | 30.214.757,30 | 0,00 | 35.536.622,18 | 22,40 | 37.004.284,67 | 4,13 | 38.484.456,06 | 4,00 | 40.023.834,30 | 4,00 |
| Despesa Total | 32.200.000,00 | 33.379.600,00 | 3,66 | 35.031.790,35 | 31,46 | 36.478.603,31 | 4,13 | 37.937.747,44 | 4,00 | 39.455.257,33 | 4,00 |
| Despesas Primárias (II) | 0,00 | 33.243.223,45 | 0,00 | 33.167.845,35 | 25,34 | 34.537.677,38 | 4,13 | 35.919.184,47 | 4,00 | 37.355.951,85 | 4,00 |
| Resultado Primário (III) = (I – II) | 0,00 | (3.028.466,15) | 0,00 | 2.368.776,83 | -7,87 | 2.466.607,29 | 4,13 | 2.565.271,59 | 4,00 | 2.667.882,45 | 4,00 |
| Resultado Nominal | 33.386.160,20 | 3.846.682,18 | -88,48 | 112.090,48 | -95,64 | 120.000,00 | 7,06 | 110.000,00 | -8,33 | 110.000,00 | 0,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 584.628,99 | 462.090,48 | -20,96 | 350.000,00 | -24,26 | 230.000,00 | -34,29 | 120.000,00 | -47,83 | 10.000,00 | -91,67 |
| Dívida Consolidada Líquida | (33.957.963,12) | (37.804.645,30) | 11,33 | (37.916.735,78) | 0,27 | (38.036.735,78) | 0,32 | (38.146.735,78) | 0,29 | (38.256.735,78) | 0,29 |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % |
| Receita Total | 35.597.277,10 | 34.881.682,00 | -19,14 | 35.031.790,35 | 21,71 | 35.031.790,37 | 0,00 | 35.031.790,37 | 0,00 | 35.031.792,85 | 0,00 |
| Receitas Primárias (I) | 0,00 | 31.574.421,38 | 0,00 | 35.536.622,18 | 17,13 | 35.536.622,17 | 0,00 | 35.536.622,18 | 0,00 | 35.536.624,70 | 0,00 |
| Despesa Total | 35.597.277,10 | 34.881.682,00 | -21,77 | 35.031.790,35 | 25,80 | 35.031.790,37 | 0,00 | 35.031.790,37 | 0,00 | 35.031.792,85 | 0,00 |
| Despesas Primárias (II) | 0,00 | 34.739.168,51 | 0,00 | 33.167.845,35 | 19,95 | 33.167.845,37 | 0,00 | 33.167.845,36 | 0,00 | 33.167.847,72 | 0,00 |
| Resultado Primário (III) = (I – II) | 0,00 | (3.164.747,13) | 0,00 | 2.368.776,83 | -11,84 | 2.368.776,81 | 0,00 | 2.368.776,82 | 0,00 | 2.368.776,98 | 0,00 |
| Resultado Nominal | 36.908.583,73 | 4.019.782,88 | -92,72 | 112.090,48 | -95,83 | 115.240,57 | 2,81 | 101.574,22 | -11,86 | 97.667,52 | -3,85 |
| Dívida Pública Consolidada | 646.310,56 | 482.884,55 | -25,29 | 350.000,00 | -27,52 | 220.877,75 | -36,89 | 110.808,24 | -49,83 | 8.878,87 | -91,99 |
| Dívida Consolidada Líquida | (37.540.715,00) | (39.505.854,34) | 5,26 | (37.916.735,78) | -4,04 | (36.528.124,25) | -3,66 | (35.224.770,61) | -3,57 | (33.967.641,67) | -3,57 |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2021 | 2022 | 2023* | 2024* | 2025 | 2026 |
| 10,06 | 5,79 | 4,50 | 4,13 | 4,00 | 4,00 |

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:27:56

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

| PREFEITURA CONSOLIDADO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **2022** | **%** | **2021** | **%** | **2020** | **%** |
| Patrimônio/Capital | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| Reservas | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| Resultado Acumulado | 26.136.801,58 | 100,000 | 19.196.942,98 | 100,000 | 13.473.604,72 | 100,000 |
| **Total** | 26.136.801,58 | 100% | 19.196.942,98 | 100% | 13.473.604,72 | 100% |

| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **2022** | **%** | **2021** | **%** | **2020** | **%** |
| Patrimônio | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| Reservas | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 | 0,00 | 0,000 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 2.835.322,28 | 100,000 | 1.115.390,50 | 100,000 | 2.230.773,78 | 100,000 |
| **Total** | 2.835.322,28 | 100% | 1.115.390,50 | 100% | 2.230.773,78 | 100% |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:28:54

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS CORRENTES (I)** | **4.294.427,88** | **3.329.422,73** | **2.430.166,17** |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 754.463,50 | 769.006,59 | 900.224,56 |
| Ativo | 754.463,50 | 769.006,59 | 900.224,56 |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 1.201.857,85 | 1.088.362,12 | 962.712,23 |
| Ativo | 1.201.857,85 | 1.088.362,12 | 962.712,23 |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita Patrimonial | 2.269.546,03 | 937.852,23 | |
| Receitas Imobiliárias | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | 2.269.546,03 | 937.852,23 | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | 68.560,50 | 534.201,79 | 567.229,38 |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) | | 384.950,33 | 564.510,30 |
| Demais Receitas Correntes | 68.560,50 | 149.251,46 | 2.719,08 |
| **RECEITAS DE CAPITAL (III)** | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)** | **4.294.427,88** | **2.944.472,40** | **1.865.655,87** |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Aposentadorias | | | |
| Pensões por Morte | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 1.904.994,71 | 2.091.078,19 | 2.672.386,73 |
| Compensação Financeira entre os Regimes | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | 1.904.994,71 | 2.091.078,19 | 2.672.386,73 |
| **TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)** | **1.904.994,71** | **2.091.078,19** | **2.672.386,73** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²** | **2.389.433,17** | **853.394,21** | **(806.730,86)** |

| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|
| VALOR | | | |

| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|
| VALOR | | | |

| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar** | | | |
| **Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos** | | | |
| **Outros Aportes para o RPPS** | | | |
| **Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro** | | | |

| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO) | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | **330.277,41** | | |
| **Investimentos e Aplicações** | **28.649.612,55** | **29.944.216,52** | **32.576.919,69** |
| **Outros Bens e Direitos** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES | | | |
|---|---|---|---|
| **PLANO FINANCEIRO** | | | |
| **RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)** | **2020** | **2021** | **2022** |
| **RECEITAS CORRENTES (VII)** | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receitas Imobiliárias | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| Compensação Financeiras entre os Regimes | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | |
| **RECEITAS DE CAPITAL (VIII)** | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)** | | | |

| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)** | **2020** | **2021** | **2022** |
|---|---|---|---|
| Aposentadorias | | | |
| Pensões por Morte | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | |
| Compensação Previdenciária entre os Regimes | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)** | | | |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²** | | | |

| **APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS** | **2020** | **2021** | **2022** |
|---|---|---|---|
| **Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras** | | | |
| **Recursos para Formação de Reserva** | | | |

| **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** | | | |
|---|---|---|---|
| **BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)** | **2020** | **2021** | **2022** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | | | |
| **Investimentos e Aplicações** | | | |
| **Outros Bens e Direitos** | | | |

| **RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS** | **2020** | **2021** | **2022** |
|---|---|---|---|
| **Receitas Correntes** | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)** | | | |
| **DESPESAS CORRENTES (XIII)** | | | |
| **Pessoal e Encargos Sociais** | 62.090,65 | 39.785,68 | 53.582,32 |
| **Demais Despesas Correntes** | 42.417,87 | 33.797,40 | 38.882,53 |
| **DESPESAS DE CAPITAL (XIV)** | 4.908,90 | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)** | | | |

| **BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO** | | | |
|---|---|---|---|
| **RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)2** | **2020** | **2021** | **2022** |
| **RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)** | | | |

| **BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS** | **2020** | **2021** | **2022** |
|---|---|---|---|
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | | | |
| **Investimentos e Aplicações** | | 7.411,74 | 81.556,85 |
| **Demais Receitas Previdenciárias** | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)** | | | |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:29:47

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES |
|---|
| |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Exercício | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a - b) | Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c) |
| | | | Ativo Previdenciário | 29.944.091,31 |
| 2023 | 3.836.797,36 | 2.335.636,17 | 1.501.161,19 | 32.965.414,17 |
| 2024 | 4.276.599,26 | 2.504.022,66 | 1.772.576,60 | 34.737.990,77 |
| 2025 | 4.535.047,59 | 2.760.657,77 | 1.774.389,82 | 36.512.380,59 |
| 2026 | 4.649.893,44 | 3.049.320,51 | 1.600.572,93 | 38.112.953,52 |
| 2027 | 4.756.558,75 | 3.367.139,58 | 1.389.419,17 | 39.502.372,69 |
| 2028 | 4.853.228,04 | 3.486.216,08 | 1.367.011,96 | 40.869.384,65 |
| 2029 | 4.949.096,15 | 3.702.307,78 | 1.246.788,37 | 42.116.173,02 |
| 2030 | 5.039.402,31 | 4.170.390,54 | 869.011,77 | 42.985.184,79 |
| 2031 | 5.111.606,64 | 4.498.262,91 | 613.343,73 | 43.598.528,52 |
| 2032 | 5.300.773,98 | 4.630.571,03 | 670.202,95 | 44.268.731,47 |
| 2033 | 5.495.594,50 | 4.726.028,58 | 769.565,92 | 45.038.297,39 |
| 2034 | 5.698.179,87 | 4.968.201,82 | 729.978,05 | 45.768.275,44 |
| 2035 | 5.901.805,49 | 5.214.831,59 | 686.973,90 | 46.455.249,34 |
| 2036 | 6.106.347,84 | 5.381.375,07 | 724.972,77 | 47.180.222,11 |
| 2037 | 6.180.093,79 | 5.514.075,73 | 666.018,06 | 47.846.240,17 |
| 2038 | 6.251.353,04 | 5.476.823,14 | 774.529,90 | 48.620.770,07 |
| 2039 | 6.328.285,06 | 5.513.537,22 | 814.747,84 | 49.435.517,91 |
| 2040 | 6.407.567,81 | 5.628.438,90 | 779.128,91 | 50.214.646,82 |
| 2041 | 6.485.511,97 | 5.805.265,16 | 680.246,81 | 50.894.893,63 |
| 2042 | 6.559.040,58 | 6.073.585,18 | 485.455,40 | 51.380.349,03 |
| 2043 | 6.551.461,96 | 6.032.883,82 | 518.578,14 | 51.898.927,17 |
| 2044 | 6.617.209,11 | 6.617.209,11 | 0,00 | 51.898.927,17 |
| 2045 | 6.688.694,81 | 6.202.328,04 | 486.366,77 | 52.385.293,94 |
| 2046 | 6.753.687,16 | 6.187.413,33 | 566.273,83 | 52.951.567,77 |
| 2047 | 6.822.984,04 | 6.101.416,49 | 721.567,55 | 53.673.135,32 |
| 2048 | 6.900.260,93 | 6.125.323,55 | 774.937,38 | 54.448.072,70 |
| 2049 | 6.980.558,29 | 6.141.035,92 | 839.522,37 | 55.287.595,07 |
| 2050 | 7.064.426,51 | 6.190.083,36 | 874.343,15 | 56.161.938,22 |
| 2051 | 7.150.420,35 | 6.294.066,47 | 856.353,88 | 57.018.292,10 |
| 2052 | 7.235.972,24 | 6.331.283,08 | 904.689,16 | 57.922.981,26 |
| 2053 | 7.324.316,53 | 6.358.063,61 | 966.252,92 | 58.889.234,18 |
| 2054 | 7.416.101,83 | 6.518.570,51 | 897.531,32 | 59.786.765,50 |
| 2055 | 7.504.987,69 | 6.583.064,37 | 921.923,32 | 60.708.688,82 |
| 2056 | 6.020.029,87 | 6.539.308,34 | (519.278,47) | 60.189.410,35 |
| 2057 | 6.025.070,30 | 6.413.154,18 | (388.083,88) | 59.801.326,47 |
| 2058 | 6.036.803,19 | 6.586.716,55 | (549.913,36) | 59.251.413,11 |
| 2059 | 6.040.961,31 | 6.667.146,72 | (626.185,41) | 58.625.227,70 |
| 2060 | 6.041.714,37 | 6.701.780,11 | (660.065,74) | 57.965.161,96 |
| 2061 | 6.041.129,94 | 6.710.017,49 | (668.887,55) | 57.296.274,41 |
| 2062 | 6.040.431,50 | 6.618.789,40 | (578.357,90) | 56.717.916,51 |
| 2063 | 6.044.460,62 | 6.525.257,92 | (480.797,30) | 56.237.119,21 |
| 2064 | 6.053.562,89 | 6.582.075,33 | (528.512,44) | 55.708.606,77 |
| 2065 | 6.060.666,60 | 6.423.391,65 | (362.725,05) | 55.345.881,72 |
| 2066 | 6.076.172,58 | 6.528.021,34 | (451.848,76) | 54.894.032,96 |
| 2067 | 6.087.669,94 | 6.480.210,79 | (392.540,85) | 54.501.492,11 |
| 2068 | 6.102.390,62 | 6.410.697,45 | (308.306,83) | 54.193.185,28 |
| 2069 | 6.121.551,88 | 6.692.849,75 | (571.297,87) | 53.621.887,41 |
| 2070 | 6.128.247,22 | 6.706.138,54 | (577.891,32) | 53.043.996,09 |
| 2071 | 6.134.966,65 | 6.611.752,26 | (476.785,61) | 52.567.210,48 |
| 2072 | 6.146.958,54 | 6.498.545,60 | (351.587,06) | 52.215.623,42 |
| 2073 | 6.165.399,72 | 6.514.571,95 | (349.172,23) | 51.866.451,19 |
| 2074 | 6.184.314,14 | 6.461.161,70 | (276.847,56) | 51.589.603,63 |
| 2075 | 6.207.109,96 | 6.486.979,58 | (279.869,62) | 51.309.734,01 |
| 2076 | 6.230.121,39 | 6.658.318,70 | (428.197,31) | 50.881.536,70 |
| 2077 | 6.246.275,67 | 6.595.140,36 | (348.864,69) | 50.532.672,01 |
| 2078 | 6.266.663,52 | 6.567.048,59 | (300.385,07) | 50.232.286,94 |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Exercício | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a - b) | Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c) |
| 2079 | 6.289.786,11 | 6.657.213,54 | (367.427,43) | 49.864.859,51 |
| 2080 | 6.310.021,25 | 6.592.245,06 | (282.223,81) | 49.582.635,70 |
| 2081 | 6.334.787,09 | 6.514.899,53 | (180.112,44) | 49.402.523,26 |
| 2082 | 6.364.910,86 | 6.420.515,67 | (55.604,81) | 49.346.918,45 |
| 2083 | 6.401.487,10 | 6.290.428,71 | 111.058,39 | 49.457.976,84 |
| 2084 | 6.446.572,68 | 6.188.703,29 | 257.869,39 | 49.715.846,23 |
| 2085 | 6.499.204,73 | 6.376.265,19 | 122.939,54 | 49.838.785,77 |
| 2086 | 6.545.666,43 | 6.517.545,77 | 28.120,66 | 49.866.906,43 |
| 2087 | 6.587.915,20 | 6.410.999,56 | 176.915,64 | 50.043.822,07 |
| 2088 | 6.637.819,07 | 6.411.029,03 | 226.790,04 | 50.270.612,11 |
| 2089 | 6.690.564,71 | 6.474.958,93 | 215.605,78 | 50.486.217,89 |
| 2090 | 6.743.182,69 | 6.398.207,93 | 344.974,76 | 50.831.192,65 |
| 2091 | 6.802.522,12 | 6.474.509,32 | 328.012,80 | 51.159.205,45 |
| 2092 | 6.861.460,89 | 6.628.460,09 | 233.000,80 | 51.392.206,25 |
| 2093 | 6.916.202,22 | 6.624.652,92 | 291.549,30 | 51.683.755,55 |
| 2094 | 6.974.228,80 | 6.838.361,27 | 135.867,53 | 51.819.623,08 |
| 2095 | 7.025.111,97 | 6.942.376,66 | 82.735,31 | 51.902.358,39 |
| 2096 | 7.073.850,26 | 6.874.316,33 | 199.533,93 | 52.101.892,32 |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

| FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Exercício | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a - b) | Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c) |
| | | | **Ativo Financeiro** | 0,00 |
| 2023 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2024 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2025 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2026 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2027 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2028 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2029 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2030 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2031 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2032 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2033 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2034 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2035 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2036 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2037 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2038 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2039 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2040 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2041 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2042 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2043 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2044 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2045 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2046 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2047 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2048 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2049 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2050 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2051 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2052 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2053 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2054 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2055 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2056 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2057 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2058 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2059 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2060 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2061 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2062 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2063 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2064 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2065 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2066 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2067 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2068 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2069 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2070 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2071 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2072 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2073 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2074 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2075 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2076 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2077 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2078 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4o, §2o, inciso IV, alínea a) R$ 1,00

| FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Exercício | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a - b) | Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício anterior + c) |
| 2079 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2080 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2081 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2082 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2083 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2084 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2085 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2086 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2087 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2088 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2089 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2090 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2091 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2092 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2093 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2094 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2095 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2096 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:30:07

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2022 (a) | 2021 (b) | 2020 (c) |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)** | **761,76** | **83,03** | **3.765,43** |
| Alienação de Bens Móveis | 385,00 | 0,00 | 3.723,36 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 376,76 | 83,03 | 42,07 |
| **DESPESAS EXECUTADAS** | **2022 (d)** | **2021 (e)** | **2020 (f)** |
| **APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)** | **110,00** | **0,00** | **0,00** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **110,00** | **0,00** | **0,00** |
| Investimentos | 110,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Regime Geral de Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência de Servidores | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **SALDO FINANCEIRO** | **2022 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)** | **2021 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)** | **2020 (i) = ((Ic - IIf))** |
| **VALOR (III)** | **4.500,22** | **3.848,46** | **3.765,43** |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:29:25

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

| Tributo | Modalidade | SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | Compensação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2024 | 2025 | 2026 | |
| Impostos | Outros beneficios | NÃO HÁ PREVISÃO DE RENUNCIA DE RECEITA NO EXERCÍCIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | .NÃO HÁ PREVISÃO DE RENUNCIA DE RECEITA NO EXERCÍCIO |
| **Total** | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:31:12

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

## MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

| EVENTOS | Valor Previsto para 2024 |
|---|---|
| Aumento Permanente da Receita | 0,00 |
| (-) Transferências Constituicionais | 0,00 |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 0,00 |
| Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I) | 0,00 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 0,00 |
| Margem Bruta (III) = (I) + (II) | 0,00 |
| Saldo Utilizado Margem Bruta (IV) | 0,00 |
| Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado) | 0,00 |
| Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada) | 0,00 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV) | 0,00 |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:34:10

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art 4º_, § 3º)

R$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|---|---|---|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 120.000,00 | Limitação de empenhos com vistas ao equilíbrio financeiro | 120.000,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |
| **SUBTOTAL** | 120.000,00 | **SUBTOTAL** | 120.000,00 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
|---|---|---|---|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustação de Arrecadação | 1.100.000,00 | Limitação de empenhos com vistas ao equilíbrio financeiro | 1.100.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | | | |
| Discrepância de Projeções | | | |
| Outros Riscos Fiscais | 100.000,00 | Limitação de empenhos com vistas ao equilíbrio financeiro | 100.000,00 |
| **SUBTOTAL** | 1.200.000,00 | **SUBTOTAL** | 1.200.000,00 |
| **TOTAL** | 1.320.000,00 | **TOTAL** | 1.320.000,00 |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:23:01

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | | PREVISTA | | PROJETADA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % |
| **ARRECADADORA** | **24.591.029,89** | **29.611.585,82** | **240,86** | **37.703.622,18** | **-31,91** | **39.260.781,79** | **8,26** | **40.831.213,06** | **8,00** | **42.464.461,58** | **8,00** |
| **Receitas Correntes** | **23.745.875,50** | **26.840.905,76** | **13,03** | **36.850.322,18** | **37,29** | **38.372.240,50** | **4,13** | **39.907.130,12** | **4,00** | **41.503.415,32** | **4,00** |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 936.617,47 | 1.124.880,86 | 20,10 | 1.406.850,00 | 25,07 | 1.464.952,90 | 4,13 | 1.523.551,02 | 4,00 | 1.584.493,06 | 4,00 |
| Contribuições | 769.006,59 | 900.224,56 | 17,06 | 1.070.000,00 | 18,86 | 1.114.191,00 | 4,13 | 1.158.758,64 | 4,00 | 1.205.108,99 | 4,00 |
| Receita Patrimonial | 1.028.791,46 | 578.915,78 | -43,73 | 2.167.000,00 | 274,32 | 2.256.497,10 | 4,13 | 2.346.756,99 | 4,00 | 2.440.627,27 | 4,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 1.770,35 | 0,00 | 25.000,00 | 1.312,15 | 26.032,50 | 4,13 | 27.073,80 | 4,00 | 28.156,75 | 4,00 |
| Transferências Correntes | 20.546.771,34 | 24.232.210,19 | 17,94 | 32.152.062,94 | 32,68 | 33.479.943,14 | 4,13 | 34.819.140,87 | 4,00 | 36.211.906,50 | 4,00 |
| Outras Receitas Correntes | 464.688,64 | 2.904,02 | -99,38 | 29.409,24 | 912,71 | 30.623,86 | 4,13 | 31.848,80 | 4,00 | 33.122,75 | 4,00 |
| **Receitas de Capital** | **845.154,39** | **2.770.680,06** | **227,83** | **853.300,00** | **-69,20** | **888.541,29** | **4,13** | **924.082,94** | **4,00** | **961.046,26** | **4,00** |
| Alienação de Bens | 0,00 | 385,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 845.154,39 | 2.770.295,06 | 227,79 | 853.300,00 | -69,20 | 888.541,29 | 4,13 | 924.082,94 | 4,00 | 961.046,26 | 4,00 |
| **CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA** | **1.164.358,24** | **1.527.222,53** | **31,16** | **2.250.190,76** | **47,34** | **2.343.123,64** | **4,13** | **2.436.848,58** | **4,00** | **2.534.322,52** | **4,00** |
| **Receitas Correntes** | **1.164.358,24** | **1.527.222,53** | **31,16** | **2.250.190,76** | **47,34** | **2.343.123,64** | **4,13** | **2.436.848,58** | **4,00** | **2.534.322,52** | **4,00** |
| Contribuições | 1.164.358,24 | 962.712,23 | -17,32 | 1.537.000,00 | 59,65 | 1.600.478,10 | 4,13 | 1.664.497,22 | 4,00 | 1.731.077,11 | 4,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 564.510,30 | 0,00 | 713.190,76 | 26,34 | 742.645,54 | 4,13 | 772.351,36 | 4,00 | 803.245,41 | 4,00 |
| **DEDUÇÃO FUNDEB** | **(3.017.614,46)** | **(3.594.548,36)** | **19,12** | **(4.922.022,59)** | **36,93** | **(5.125.302,12)** | **4,13** | **(5.330.314,20)** | **4,00** | **(5.543.526,77)** | **4,00** |
| **Receitas Correntes** | **(3.017.614,46)** | **(3.594.548,36)** | **19,12** | **(4.922.022,59)** | **36,93** | **(5.125.302,12)** | **4,13** | **(5.330.314,20)** | **4,00** | **(5.543.526,77)** | **4,00** |
| Transferências Correntes | (3.017.614,46) | (3.594.548,36) | 19,12 | (4.922.022,59) | 36,93 | (5.125.302,12) | 4,13 | (5.330.314,20) | 4,00 | (5.543.526,77) | 4,00 |
| **TOTAL DA RECEITA** | **22.737.773,67** | **27.544.259,99** | **21,14** | **35.031.790,35** | **27,18** | **36.478.603,31** | **4,13** | **37.937.747,44** | **4,00** | **39.455.257,33** | **4,00** |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:35:03

### Memória de Cálculo das Receitas

O planejamento governamental constitui-se em uma ferramenta de suma importância no processo de gestão dos recursos públicos, e nesse sentido, considerando a essencialidade do dimensionamento das disponibilidades dos recursos necessários para o desenvolvimento das ações públicas, a projeção das receitas para o exercício de 2024 e para os dois exercícios subsequentes são fundamentais para a determinação das despesas.

Desta forma, baseamos a previsão das receitas considerando a conjuntura atual, o cenário econômico e as fórmulas matemáticas com um encadeamento lógico de execução para retratar ou simular o comportamento de determinada fonte de recurso / subfonte de arrecadação, utilizando basicamente parâmetros de efeitos, variações de

preços, variações de quantidades, séries históricas e informações específicas baseadas nas legislações pertinentes e suas alterações.

A metodologia utilizada na projeção das receitas foi instituída utilizando a série histórica de arrecadação, que além de facilitar a compreensão dos cálculos inerentes à previsão das receitas e da simplicidade de utilização, busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos anos anteriores, projetando-se novos valores para os anos seguintes.

No modelo abordado pela série histórica de arrecadação, a previsão foi obtida através do estudo do total da arrecadação anual dos últimos três exercícios anteriores e do comportamento da arrecadação do exercício vigente até a presente data (base de cálculo), corrigida por parâmetros de atualizações de valores, aplicando-se as variações de preços (índice de correção da receita por elevação ou queda de preços), as variações de quantidades (índice de crescimento ou decrescimento real do setor da economia) e os efeitos de legislações (variação da receita decorrente de alteração na legislação vigente).

Com base nos estudos detalhados e individualizados da arrecadação mensal e anual de cada receita, critério escolhido para contemplar o comportamento diferenciado de cada receita, visando abordar principalmente os aspectos sazonais e atípicos, utilizamos a média aritmética, e sobre esta base aplicamos os fatores capazes de influenciar na arrecadação municipal, dentre os quais se destacam: o índice inflacionário; o produto interno bruto; o índice geral de preço - disponibilidade interna; a informação disponibilizada pelo setor tributário considerando o lançamento de cada tributo, os parâmetros de atualizações e as probabilidades de mudanças significativas que implicam em alterações positivas ou negativas de valores; as medidas para intensificações de fiscalizações e de cobranças de inadimplências; as possíveis implantações de incrementos tecnológicos nas formas de arrecadações; a população do município; o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino; os financiamentos dos programas implantados no município; as circunstâncias de ordem conjuntural que afetam nas produtividades das receitas; as particularidades já instituídas em legislações vigentes para os cálculos de determinadas receitas; as informações obtidas em sites específicos, as pactuações firmadas em convênios e contratos de repasses e outras informações relevantes.

**MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | PREVISTA | | PROJETADA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % |
| **Despesas Correntes** | **17.762.620,54** | **22.054.339,80** | **24,16** | **30.494.487,35** | **38,27** | **31.753.909,69** | **4,13** | **33.024.066,07** | **4,00** | **34.345.028,70** | **4,00** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 12.250.179,24 | 13.444.687,03 | 9,75 | 17.754.911,92 | 32,06 | 18.488.189,79 | 4,13 | 19.227.717,37 | 4,00 | 19.996.826,06 | 4,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 5.512.441,30 | 8.609.652,77 | 56,19 | 12.739.575,43 | 47,97 | 13.265.719,90 | 4,13 | 13.796.348,70 | 4,00 | 14.348.202,64 | 4,00 |
| **Despesas de Capital** | **1.575.832,92** | **4.594.797,59** | **191,58** | **2.965.003,00** | **-35,47** | **3.087.457,63** | **4,13** | **3.210.955,94** | **4,00** | **3.339.394,18** | **4,00** |
| Investimentos | 1.355.824,69 | 4.407.087,38 | 225,05 | 2.673.358,00 | -39,34 | 2.783.767,69 | 4,13 | 2.895.118,40 | 4,00 | 3.010.923,14 | 4,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.045,00 | 0,00 | 1.088,16 | 4,13 | 1.131,69 | 4,00 | 1.176,96 | 4,00 |
| Amortização da Dívida | 220.008,23 | 187.710,21 | -14,68 | 290.600,00 | 54,81 | 302.601,78 | 4,13 | 314.705,85 | 4,00 | 327.294,08 | 4,00 |
| **Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **1.572.300,00** | **0,00** | **1.637.235,99** | **4,13** | **1.702.725,43** | **4,00** | **1.770.834,45** | **4,00** |
| Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.572.300,00 | 0,00 | 1.637.235,99 | 4,13 | 1.702.725,43 | 4,00 | 1.770.834,45 | 4,00 |
| **TOTAL DA DESPESA** | **19.338.453,46** | **26.649.137,39** | **37,80** | **35.031.790,35** | **31,46** | **36.478.603,31** | **4,13** | **37.937.747,44** | **4,00** | **39.455.257,33** | **4,00** |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:35:46

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | ARRECADADA | | | PREVISTA | | PROJETADA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % |
| **ARRECADADORA** | **24.591.029,89** | **29.611.585,82** | **240,86** | **37.703.622,18** | **-31,91** | **39.260.781,79** | **8,26** | **40.831.213,06** | **8,00** | **42.464.461,58** | **8,00** |
| **Receitas Correntes** | **23.745.875,50** | **26.840.905,76** | **13,03** | **36.850.322,18** | **37,29** | **38.372.240,50** | **4,13** | **39.907.130,12** | **4,00** | **41.503.415,32** | **4,00** |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 936.617,47 | 1.124.880,86 | 20,10 | 1.406.850,00 | 25,07 | 1.464.952,90 | 4,13 | 1.523.551,02 | 4,00 | 1.584.493,06 | 4,00 |
| Contribuições | 769.006,59 | 900.224,56 | 17,06 | 1.070.000,00 | 18,86 | 1.114.191,00 | 4,13 | 1.158.758,64 | 4,00 | 1.205.108,99 | 4,00 |
| Receita Patrimonial | 1.028.791,46 | 578.915,78 | -43,73 | 2.167.000,00 | 274,32 | 2.256.497,10 | 4,13 | 2.346.756,99 | 4,00 | 2.440.627,27 | 4,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 1.770,35 | 0,00 | 25.000,00 | 1.312,15 | 26.032,50 | 4,13 | 27.073,80 | 4,00 | 28.156,75 | 4,00 |
| Transferências Correntes | 20.546.771,34 | 24.232.210,19 | 17,94 | 32.152.062,94 | 32,68 | 33.479.943,14 | 4,13 | 34.819.140,87 | 4,00 | 36.211.906,50 | 4,00 |
| Outras Receitas Correntes | 464.688,64 | 2.904,02 | -99,38 | 29.409,24 | 912,71 | 30.623,86 | 4,13 | 31.848,80 | 4,00 | 33.122,75 | 4,00 |
| **Receitas de Capital** | **845.154,39** | **2.770.680,06** | **227,83** | **853.300,00** | **-69,20** | **888.541,29** | **4,13** | **924.082,94** | **4,00** | **961.046,26** | **4,00** |
| Alienação de Bens | 0,00 | 385,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 845.154,39 | 2.770.295,06 | 227,79 | 853.300,00 | -69,20 | 888.541,29 | 4,13 | 924.082,94 | 4,00 | 961.046,26 | 4,00 |
| **CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA** | **1.164.358,24** | **1.527.222,53** | **31,16** | **2.250.190,76** | **47,34** | **2.343.123,64** | **4,13** | **2.436.848,58** | **4,00** | **2.534.322,52** | **4,00** |
| **Receitas Correntes** | **1.164.358,24** | **1.527.222,53** | **31,16** | **2.250.190,76** | **47,34** | **2.343.123,64** | **4,13** | **2.436.848,58** | **4,00** | **2.534.322,52** | **4,00** |
| Contribuições | 1.164.358,24 | 962.712,23 | -17,32 | 1.537.000,00 | 59,65 | 1.600.478,10 | 4,13 | 1.664.497,22 | 4,00 | 1.731.077,11 | 4,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 564.510,30 | 0,00 | 713.190,76 | 26,34 | 742.645,54 | 4,13 | 772.351,36 | 4,00 | 803.245,41 | 4,00 |
| **DEDUÇÃO FUNDEB** | **(3.017.614,46)** | **(3.594.548,36)** | **19,12** | **(4.922.022,59)** | **36,93** | **(5.125.302,12)** | **4,13** | **(5.330.314,20)** | **4,00** | **(5.543.526,77)** | **4,00** |
| **Receitas Correntes** | **(3.017.614,46)** | **(3.594.548,36)** | **19,12** | **(4.922.022,59)** | **36,93** | **(5.125.302,12)** | **4,13** | **(5.330.314,20)** | **4,00** | **(5.543.526,77)** | **4,00** |
| Transferências Correntes | (3.017.614,46) | (3.594.548,36) | 19,12 | (4.922.022,59) | 36,93 | (5.125.302,12) | 4,13 | (5.330.314,20) | 4,00 | (5.543.526,77) | 4,00 |
| **TOTAL DA RECEITA** | **22.737.773,67** | **27.544.259,99** | **21,14** | **35.031.790,35** | **27,18** | **36.478.603,31** | **4,13** | **37.937.747,44** | **4,00** | **39.455.257,33** | **4,00** |
| **RECEITAS CORRRENTES (I)** | **21.892.619,28** | **24.773.579,93** | **13,16** | **34.178.490,35** | **37,96** | **35.590.062,02** | **4,13** | **37.013.664,50** | **4,00** | **38.494.211,07** | **4,00** |
| **APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)** | **1.028.791,46** | **578.915,78** | **-43,73** | **2.167.000,00** | **274,32** | **2.256.497,10** | **4,13** | **2.346.756,99** | **4,00** | **2.440.627,27** | **4,00** |
| **RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)** | **20.863.827,82** | **24.194.664,15** | **15,96** | **32.011.490,35** | **32,31** | **33.333.564,92** | **4,13** | **34.666.907,51** | **4,00** | **36.053.583,80** | **4,00** |
| **RECEITAS DE CAPITAL (IV)** | **845.154,39** | **2.770.680,06** | **227,83** | **853.300,00** | **-69,20** | **888.541,29** | **4,13** | **924.082,94** | **4,00** | **961.046,26** | **4,00** |
| **RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)** | **0,00** | **385,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)** | **845.154,39** | **2.770.295,06** | **227,79** | **853.300,00** | **-69,20** | **888.541,29** | **4,13** | **924.082,94** | **4,00** | **961.046,26** | **4,00** |
| **RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)** | **21.708.982,21** | **26.964.959,21** | **24,21** | **32.864.790,35** | **21,88** | **34.222.106,21** | **4,13** | **35.590.990,45** | **4,00** | **37.014.630,06** | **4,00** |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:36:20

### Resultado Primário e Memória de Cálculo

O cálculo da meta anual relativa ao resultado primário foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

É o resultado da soma das receitas não financeiras (receitas orçamentárias, deduzindo rendimentos de aplicações financeiras, operações de créditos, amortizações de empréstimos, alienações de ativos e receitas de privatizações), menos as despesas não financeiras (despesas orçamentárias, deduzindo juros e amortizações de dívidas, despesas com concessões de empréstimos e despesas com aquisições de títulos de capitais já integralizados), buscando indicar se os gastos orçamentários do ente federativo são compatíveis com a arrecadação.

Sua tendência é ser positivo e decrescente anualmente.

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | PREVISTA | | PROJETADA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % |
| **Despesas** | | | | | | | | | | | |
| **Despesas Correntes** | **17.762.620,54** | **22.054.339,80** | **24,16** | **30.494.487,35** | **38,27** | **31.753.909,69** | **4,13** | **33.024.066,07** | **4,00** | **34.345.028,70** | **4,00** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 12.250.179,24 | 13.444.687,03 | 9,75 | 17.754.911,92 | 32,06 | 18.488.189,79 | 4,13 | 19.227.717,37 | 4,00 | 19.996.826,06 | 4,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 5.512.441,30 | 8.609.652,77 | 56,19 | 12.739.575,43 | 47,97 | 13.265.719,90 | 4,13 | 13.796.348,70 | 4,00 | 14.348.202,64 | 4,00 |
| **Despesas de Capital** | **1.575.832,92** | **4.594.797,59** | **191,58** | **2.965.003,00** | **-35,47** | **3.087.457,63** | **4,13** | **3.210.955,94** | **4,00** | **3.339.394,18** | **4,00** |
| Investimentos | 1.355.824,69 | 4.407.087,38 | 225,05 | 2.673.358,00 | -39,34 | 2.783.767,69 | 4,13 | 2.895.118,40 | 4,00 | 3.010.923,14 | 4,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.045,00 | 0,00 | 1.088,16 | 4,13 | 1.131,69 | 4,00 | 1.176,96 | 4,00 |
| Amortização da Dívida | 220.008,23 | 187.710,21 | -14,68 | 290.600,00 | 54,81 | 302.601,78 | 4,13 | 314.705,85 | 4,00 | 327.294,08 | 4,00 |
| **Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **1.572.300,00** | **0,00** | **1.637.235,99** | **4,13** | **1.702.725,43** | **4,00** | **1.770.834,45** | **4,00** |
| Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.572.300,00 | 0,00 | 1.637.235,99 | 4,13 | 1.702.725,43 | 4,00 | 1.770.834,45 | 4,00 |



Planar Sistemas Integrados Produções de Software LTDA

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | PREVISTA | | PROJETADA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % |
| **Receitas** | | | | | | | | | | | |
| **ARRECADADORA** | **24.591.029,89** | **29.611.585,82** | **240,86** | **37.703.622,18** | **-31,91** | **39.260.781,79** | **8,26** | **40.831.213,06** | **8,00** | **42.464.461,58** | **8,00** |
| **Receitas Correntes** | **23.745.875,50** | **26.840.905,76** | **13,03** | **36.850.322,18** | **37,29** | **38.372.240,50** | **4,13** | **39.907.130,12** | **4,00** | **41.503.415,32** | **4,00** |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 936.617,47 | 1.124.880,86 | 20,10 | 1.406.850,00 | 25,07 | 1.464.952,90 | 4,13 | 1.523.551,02 | 4,00 | 1.584.493,06 | 4,00 |
| Contribuições | 769.006,59 | 900.224,56 | 17,06 | 1.070.000,00 | 18,86 | 1.114.191,00 | 4,13 | 1.158.758,64 | 4,00 | 1.205.108,99 | 4,00 |
| Receita Patrimonial | 1.028.791,46 | 578.915,78 | -43,73 | 2.167.000,00 | 274,32 | 2.256.497,10 | 4,13 | 2.346.756,99 | 4,00 | 2.440.627,27 | 4,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 1.770,35 | 0,00 | 25.000,00 | 1.312,15 | 26.032,50 | 4,13 | 27.073,80 | 4,00 | 28.156,75 | 4,00 |
| Transferências Correntes | 20.546.771,34 | 24.232.210,19 | 17,94 | 32.152.062,94 | 32,68 | 33.479.943,14 | 4,13 | 34.819.140,87 | 4,00 | 36.211.906,50 | 4,00 |
| Outras Receitas Correntes | 464.688,64 | 2.904,02 | -99,38 | 29.409,24 | 912,71 | 30.623,86 | 4,13 | 31.848,80 | 4,00 | 33.122,75 | 4,00 |
| **Receitas de Capital** | **845.154,39** | **2.770.680,06** | **227,83** | **853.300,00** | **-69,20** | **888.541,29** | **4,13** | **924.082,94** | **4,00** | **961.046,26** | **4,00** |
| Alienação de Bens | 0,00 | 385,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 845.154,39 | 2.770.295,06 | 227,79 | 853.300,00 | -69,20 | 888.541,29 | 4,13 | 924.082,94 | 4,00 | 961.046,26 | 4,00 |
| **CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA** | **1.164.358,24** | **1.527.222,53** | **31,16** | **2.250.190,76** | **47,34** | **2.343.123,64** | **4,13** | **2.436.848,58** | **4,00** | **2.534.322,52** | **4,00** |
| **Receitas Correntes** | **1.164.358,24** | **1.527.222,53** | **31,16** | **2.250.190,76** | **47,34** | **2.343.123,64** | **4,13** | **2.436.848,58** | **4,00** | **2.534.322,52** | **4,00** |
| Contribuições | 1.164.358,24 | 962.712,23 | -17,32 | 1.537.000,00 | 59,65 | 1.600.478,10 | 4,13 | 1.664.497,22 | 4,00 | 1.731.077,11 | 4,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 564.510,30 | 0,00 | 713.190,76 | 26,34 | 742.645,54 | 4,13 | 772.351,36 | 4,00 | 803.245,41 | 4,00 |
| **DEDUÇÃO FUNDEB** | **(3.017.614,46)** | **(3.594.548,36)** | **19,12** | **(4.922.022,59)** | **36,93** | **(5.125.302,12)** | **4,13** | **(5.330.314,20)** | **4,00** | **(5.543.526,77)** | **4,00** |
| **Receitas Correntes** | **(3.017.614,46)** | **(3.594.548,36)** | **19,12** | **(4.922.022,59)** | **36,93** | **(5.125.302,12)** | **4,13** | **(5.330.314,20)** | **4,00** | **(5.543.526,77)** | **4,00** |
| Transferências Correntes | (3.017.614,46) | (3.594.548,36) | 19,12 | (4.922.022,59) | 36,93 | (5.125.302,12) | 4,13 | (5.330.314,20) | 4,00 | (5.543.526,77) | 4,00 |



Planej Sistemas Integrados Produções de Softwares LTDA

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | PREVISTA | | PROJETADA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % |
| **Resumo** | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DA DESPESA | 19.338.453,46 | 26.649.137,39 | 37,80 | 35.031.790,35 | 31,46 | 36.478.603,31 | 4,13 | 37.937.747,44 | 4,00 | 39.455.257,33 | 4,00 |
| DESPESAS CORRENTES (X) | 17.762.620,54 | 22.054.339,80 | 24,16 | 30.494.487,35 | 38,27 | 31.753.909,69 | 4,13 | 33.024.066,07 | 4,00 | 34.345.028,70 | 4,00 |
| DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI) | 17.762.620,54 | 22.054.339,80 | 24,16 | 30.494.487,35 | 38,27 | 31.753.909,69 | 4,13 | 33.024.066,07 | 4,00 | 34.345.028,70 | 4,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIII) | 1.575.832,92 | 4.594.797,59 | 191,58 | 2.965.003,00 | -35,47 | 3.087.457,63 | 4,13 | 3.210.955,94 | 4,00 | 3.339.394,18 | 4,00 |
| DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV) | 220.008,23 | 187.710,21 | -14,68 | 290.600,00 | 54,81 | 302.601,78 | 4,13 | 314.705,85 | 4,00 | 327.294,08 | 4,00 |
| DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV) | 1.355.824,69 | 4.407.087,38 | 225,05 | 2.674.403,00 | -39,32 | 2.784.855,85 | 4,13 | 2.896.250,09 | 4,00 | 3.012.100,10 | 4,00 |
| DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.572.300,00 | 0,00 | 1.637.235,99 | 4,13 | 1.702.725,43 | 4,00 | 1.770.834,45 | 4,00 |
| DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI) | 19.118.445,23 | 26.461.427,18 | 38,41 | 34.741.190,35 | 31,29 | 36.176.001,53 | 4,13 | 37.623.041,59 | 4,00 | 39.127.963,25 | 4,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 22.737.773,67 | 27.544.259,99 | 21,14 | 35.031.790,35 | 27,18 | 36.478.603,31 | 4,13 | 37.937.747,44 | 4,00 | 39.455.257,33 | 4,00 |
| RECEITAS CORRRENTES (I) | 21.892.619,28 | 24.773.579,93 | 13,16 | 34.178.490,35 | 37,96 | 35.590.062,02 | 4,13 | 37.013.664,50 | 4,00 | 38.494.211,07 | 4,00 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II) | 1.028.791,46 | 578.915,78 | -43,73 | 2.167.000,00 | 274,32 | 2.256.497,10 | 4,13 | 2.346.756,99 | 4,00 | 2.440.627,27 | 4,00 |
| RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II) | 20.863.827,82 | 24.194.664,15 | 15,96 | 32.011.490,35 | 32,31 | 33.333.564,92 | 4,13 | 34.666.907,51 | 4,00 | 36.053.583,80 | 4,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (IV) | 845.154,39 | 2.770.680,06 | 227,83 | 853.300,00 | -69,20 | 888.541,29 | 4,13 | 924.082,94 | 4,00 | 961.046,26 | 4,00 |
| RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI) | 0,00 | 385,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII) | 845.154,39 | 2.770.295,06 | 227,79 | 853.300,00 | -69,20 | 888.541,29 | 4,13 | 924.082,94 | 4,00 | 961.046,26 | 4,00 |
| RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII) | 21.708.982,21 | 26.964.959,21 | 24,21 | 32.864.790,35 | 21,88 | 34.222.106,21 | 4,13 | 35.590.990,45 | 4,00 | 37.014.630,06 | 4,00 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII) | 2.590.536,98 | 503.532,03 | -80,56 | (1.876.400,00) | -472,65 | (1.953.895,32) | 4,13 | (2.032.051,14) | 4,00 | (2.113.333,19) | 4,00 |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:37:16

### Resultado Nominal e Memória de Cálculo

O cálculo da meta anual relativa ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

É o posicionamento da dívida consolidada líquida em relação ao exercício anterior, obtida através da variação apurada em dois períodos distintos, ou seja, da diferença

entre o saldo da dívida fiscal líquida no início e no final dos períodos em referência, sendo positivo quando a dívida tiver aumento no período e negativo quando a dívida tiver sido reduzida.

Sua tendência e ser negativo e decrescente anualmente.

Como apurar:

disponibilidade de caixa bruta - resto a pagar processado até o período = disponibilidade de caixa líquida

disponibilidade de caixa líquida + demais haver financeiro = disponibilidade de caixa total

dívida consolidada total - disponibilidade de caixa total = dívida consolidada líquida

dívida consolidada líquida do período atual - dívida consolidada líquida do período anterior = valor nominal

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

| ESPECIFICAÇÃO | 2021 (b) | 2022 (c) | 2023 (d) | 2024 (e) | 2025 (f) | 2026 (g) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DÍVIDA CONSOLIDADA ( I ) | 584.628,99 | 462.090,48 | 350.000,00 | 230.000,00 | 120.000,00 | 10.000,00 |
| DEDUÇÕES ( II ) | 34.542.592,11 | 38.266.735,78 | 38.266.735,78 | 38.266.735,78 | 38.266.735,78 | 38.266.735,78 |
| Ativo Disponível | 34.664.209,18 | 38.275.474,73 | 38.275.474,73 | 38.275.474,73 | 38.275.474,73 | 38.275.474,73 |
| Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ( - ) Restos a Pagar | 121.617,07 | 8.738,95 | 8.738,95 | 8.738,95 | 8.738,95 | 8.738,95 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) - ( I - II ) | -33.957.963,12 | -37.804.645,30 | -37.916.735,78 | -38.036.735,78 | -38.146.735,78 | -38.256.735,78 |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV ) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS ( V ) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V ) | -33.957.963,12 | -37.804.645,30 | -37.916.735,78 | -38.036.735,78 | -38.146.735,78 | -38.256.735,78 |

| Resultado Nominal | (a* - b) | (b - c) | (c - d) | (d - e) | (e - f) | (f - g) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 33.386.160,20 | 3.846.682,18 | 112.090,48 | 120.000,00 | 110.000,00 | 110.000,00 |

Notas:
- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020(R$ -571.802,92)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:38:16

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

## V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF (R$)

| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DÍVIDA CONSOLIDADA ( I ) | 814.989,35 | 584.628,99 | 462.090,48 | 350.000,00 | 230.000,00 | 120.000,00 | 10.000,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 814.989,35 | 584.628,99 | 462.090,48 | 350.000,00 | 230.000,00 | 120.000,00 | 10.000,00 |
| DEDUÇÕES ( II ) | 1.386.792,27 | 34.542.592,11 | 38.266.735,78 | 38.266.735,78 | 38.266.735,78 | 38.266.735,78 | 38.266.735,78 |
| Ativo Disponível | 1.842.887,52 | 34.664.209,18 | 38.275.474,73 | 38.275.474,73 | 38.275.474,73 | 38.275.474,73 | 38.275.474,73 |
| Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ( - ) Restos a Pagar | 456.095,25 | 121.617,07 | 8.738,95 | 8.738,95 | 8.738,95 | 8.738,95 | 8.738,95 |
| **Dívida Consolidada Líquida** | -571.802,92 | -33.957.963,12 | -37.804.645,30 | -37.916.735,78 | -38.036.735,78 | -38.146.735,78 | -38.256.735,78 |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:38:38

### Montante da Dívida e Memória de Cálculo

Para o cálculo da dívida consolidada foi considerado o montante apurado:

* das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude da realização de operação de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, ou que embora com prazo inferior a doze meses tenha constado como receita no orçamento,

* do parcelamento de precatórios judiciais,

* de outras dívidas já contraídas.

(para o cálculo da dívida consolidada líquida são deduzidas as disponibilidades de caixa e bancos, os demais haveres financeiros e as dívidas intragovernamentais).

## V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0002 - Planejamento Orçamentário**

**OBJETIVO: Garantir para a populção um planejamento de qualidade.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.008 | Atividades do Planejamento. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0004 - Administração Geral**

**OBJETIVO: Garantir a administração do município.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.002 | Atividades do Gabinete do Prefeito. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.003 | Recepções, Homenagens e Festividades | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.004 | Divulgação e Publicação dos Atos Ofciais e Administrativos | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.005 | Atividades do COMDEC | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.006 | Indenizações Administrativas e Precatórios Judiciais | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.007 | Atividades da Procuradoria Jurídica | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.009 | Incentivo a realização de feiras exposições de prod.agric. artesanais. | POR CENTO | FEIRAS REALIZADAS |
| 2.010 | Incentivo ao Produtor Rural | POR CENTO | INCENTIVO REALIZADO |
| 2.011 | Aquisição máquinas e equip,p/assistência a produtores rurais | POR CENTO | BENS ADQUIRIDOS |
| 2.012 | Construção de guaritas para abrigo nos pontos de ônibus. | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| 2.014 | Aquisição e implantação de sistema de monitoramento | POR CENTO | BENS ADQUIRIDOS |
| 2.016 | Incentivo Financeiro Tecnologico as Associações Central Associações | POR CENTO | INCENTIVO REALIZADO |
| 2.017 | Campanhas Educativas sobre Preservação Ambiental População | POR CENTO | CAMPANHAS REALIZADAS |
| 2.018 | Parceria Municipio São Sebatião do Paraíso Despoluição Rio Santana | POR CENTO | PARCERIAS MANTIDAS E/OU REALIZADAS |
| 2.019 | Implantação Projetos Coleta Seletiva de Lixos e Coletas Óleos | POR CENTO | PROJETOS IMPLANTADOS E/OU MANTIDOS |
| 2.020 | Implantação de Internet Gratuita no Municipio | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.021 | Incentivos, Produção e/ou Distribuição de Mudas e Sementes | POR CENTO | INCENTIVO REALIZADO |
| 2.022 | Auxilio Funeral - Servidores Municipais | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.040 | Atividades da Administração | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.041 | Plano de Saúde dos Servidores | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.042 | Convênio com Assossiações Micro Regionais - AMEG | PERCENTUAL | CONTRIBUIÇÃO MANTIDA |
| 2.043 | Convênio com Entidades Estaduais Federais Publicas e Privadas | POR CENTO | CONVENIO MANTIDO |
| 2.044 | Capacitação do Servidor Público e Membros dos Conselhos Municipais | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.045 | Criação do Programa Municipal de Turismo | POR CENTO | PROGRAMA MANTIDO |
| 2.046 | Implantação do Programa de Olimpíadas de Fortaleza de Minas. | POR CENTO | PROGRAMA MANTIDO |
| 2.056 | Construção de escola para funcionamento em tempo integral. | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| 2.057 | Implanta. e manut. de cursos de qualificação profissional | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.072 | Desenvolvimento do Proj. Hortas urbanas e rurais. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.074 | Auxilio Funerário - Assistência Social | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.094 | Aprimoramento da atenção a saúde mental. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.111 | Atividade de Manutenção de Veículos e Máquinas | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.112 | Manutenção das Atividades do Clube Munic.Sebastão Gonçalves de Resende | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.122 | Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (IMPRESFORT) | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.127 | TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0004 - Administração Geral**

**OBJETIVO: Garantir a administração do município.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0005 - Administração Tributária e Financeira**

**OBJETIVO: Garantir uma boa administração dos impostos do município.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.047 | Parcelamento das Dívidas a longo prazo Entidades Públicas e Privadas | POR CENTO | DIVIDA DE LONGO PRAZO QUITADA |
| 2.051 | Serviços de Tesouraria e Tributação | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0006 - Controle Interno e Contabilidade**

**OBJETIVO: Garantir que as contas do municipio sejam feitas de forma certa e que tenha um controle interno para fiscalização.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.048 | Serviços de Contabilidade e Controle Interno | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0007 - Manutenção e Revitalização da Educação Infantil**

**OBJETIVO: Capacitar alunos para o ensino fundamental, garantindo o desenvolvimento social, físico e intelectual, e ampliar a oferta de vagas para a educação infantil.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.058 | Capacitação e Qualificação dos Professores | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0011 - Proteção ao Meio Ambiente**

**OBJETIVO: Garantir cuidado com o meio ambiente.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.006 | Const. e Aquisição de Equiptos da Rede de Tratamento de Esgoto - ETE | POR CENTO | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO REALIZADAS |
| 2.023 | Programa de Preservação Ambiental Arborização Combate Poluição | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.032 | Manutenção das Atividades da Usina de Triagem e Compostagem de Lixo | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.035 | Manutenção das Atividades de Saneamento Básico | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.036 | Serviços de Limpeza Pública | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.037 | Atividades do CODEMA. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.039 | Tratamento de resíduos sólidos. | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.110 | Manutenção das Atividades Fundo Municipal de Saneamento Básico(FUMSAB) | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0012 - Atendimento Básico da Saúde**

**OBJETIVO: Manter estreita coordenação com órgão federal e estadual, visando da administração e o atendimento nas unidades de saúde e nos programas específicos com ênfase no atendimento básico.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.011 | Construção e Ampliação e reaparelhamento da Policlinica Municipal | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| 1.015 | Emenda Impositiva Construção, Ampliação, Reforma e/ou Aquis. Equipamentos Policlinica Municipal | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| 2.089 | Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.090 | Apoio ao Conselho Municipal de Saúde | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.095 | Manutenção das Atividades da Policlinica Municipal | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.100 | Manutenção da Assistência (Farmácia de Minas). | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.105 | Apoio a Cirurgia Eletiva e Exames de Alta e Média Complexidade | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.119 | REALIZAÇÃO DE EXAMES DE BAIXA E ALTA COMPLEXIDADE | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.123 | EMENDA IMPOSITIVA - Apoio a Cirurgia Eletiva, Exames de Alta e Média Complexidade e Medicação | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0013 - Estradas Vicinais**

**OBJETIVO: Manutenção das estradas vicinais.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.024 | Construção de Pontes e Mata Burros | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0014 - Educação Infantil**

**OBJETIVO: Capacitar alunos para o ensino fundamental, garantindo o desenvolvimento social, físico e intelectual, e ampliar a oferta de vagas para a educação infantil.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.067 | Atividades da Educação Infantil/ Creches/ Pré Escolar | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.113 | Programa do Governo Federal Brasil Carinhoso | POR CENTO | PROGRAMA MANTIDO |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0015 - Ensino Fundamental**

**OBJETIVO: Capacitar professores e alunos de 1a. a 4a. série ( o 1º e 2º ciclos) garantindo os instrumentos necessários ao ensino de qualidade, diminuindo a repetência e ampliando a oferta de vagas para o ensino fundamental.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.009 | Construção e Ampliação de Escolas da rede de Ensino Municipal | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| 2.059 | Atividades Administrativas da Educação | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.059 | Atividades Administrativas da Educação | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.060 | Desenvolvimento do Ensino Fundamental | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.061 | Apoio ao Conselho Municipal de Educação | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.062 | Manutenção das Atividades do Centro Educacional e Intantil | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.106 | Aquisição Apostila de Método de Ensino Diferenciado | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0016 - Educação Para Adolecentes e Adultos**

**OBJETIVO: Capacitar adolescentes e adultos que não cursaram a escola em Idade própria, para o exercício da cidadania, inserção no mercado de trabalho e continuidade de estudos.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.068 | Educação de Jovens e Adultos | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0019 - Transporte de Escolares**

**OBJETIVO: Adoção de ações integradas que aumentem a qualidade dos serviços de transporte e trânsito para atender às necessidades de deslocamentos da população.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.063 | Programa do Transporte Escolar | POR CENTO | PROGRAMA MANTIDO |
| 2.065 | Transporte de Estudantes do Ensino Superior | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.124 | EMENDA IMPOSITIVA - Programa do Transporte Escolar | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0020 - Alimentação**

**OBJETIVO: Garantir alimentação de qualidade.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.064 | Gerenciamento da Merenda Escolar | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.064 | Gerenciamento da Merenda Escolar | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0021 - Telecomunicações**

**OBJETIVO: Garantir a telefonico de qualidade.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.053 | Atividades Retransmissão TV INETERNET Banda Larga Telefonia Celular | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0022 - Planejamento Urbano**

**OBJETIVO: Garantir um planejamento urbano de qualidade.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.001 | Manutenção e Pavimentação das Vias Urbanas e Rurais | POR CENTO | VIAS URBANAS MANTIDAS E PAVIMENTADAS |
| 2.025 | Aquisição, Desapropiação de Imóveis de Interesse do Município | POR CENTO | BENS ADQUIRIDOS |
| 2.026 | Atividades dos Serviços Urbanos | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.027 | Atividades do Serviço de Obras Públicas | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.033 | Manutenção das Praças Parques e Jardins | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0023 - Const. Reconst. e Restaur. Moradias**

**OBJETIVO: Fazer a manutenção das obras.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.010 | Construção e Reformas de Casas de Pessoas Carentes | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| 2.088 | Atividade Administrativa Fundo Municipal de Habitação | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0031 - Serviço de Utilidade Pública**

**OBJETIVO: Serviço de utilidade pública**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.005 | Construção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública | POR CENTO | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO REALIZADAS |
| 2.034 | Atividades da Iluminação Pública | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.096 | MANUTENÇÃO DA REDE DE URGENCIA E EMERGENCIA - CISSUL | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0032 - Assist. Hosp. Ambul. Emergencial e Domiciliar**

**OBJETIVO: Garantir a assitencia hospitalar em domicilio**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.043 | Convênio com Entidades Estaduais Federais Publicas e Privadas | POR CENTO | CONVENIO MANTIDO |
| 2.097 | Tratamento de Saúde Fora do Domicílio | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.098 | Atividades do Gabinete Odontológico | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0033 - Difusão e Preservação da Cultura**

**OBJETIVO: Incentivar a produção e difusão das artes e a preservação dos bens culturais e do conhecimento adquirido e acumulado ao longo da história da humanidade.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.070 | Apoio as Atividades Culturais Artisticas e Cívicas | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.071 | Aquisição de Instrumentos Musicais e Manutenção da Fanfarra | POR CENTO | BENS ADQUIRIDOS |
| 2.073 | Manutenção Fundo Munic. de Preservação do Patrimonio Cultural | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.108 | Apoio ao Folclore | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.126 | EMENDA IMPOSITIVA - Apoio ao Folclore | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0034 - Incentivo a Pratica de Esportes**

**OBJETIVO: Incentivar o desenvolvimento do Esporte e das aptidões físicas dos indivíduos, garantindo infra-estrutura para a prática do desporto comunitário e ampliar as condições para melhorar a qualidade de vida da população.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.007 | Construção e Reforma das Quadras e Poliesportivo Municipais | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| 1.008 | Reforma, construção e manutenção dos Campos Municipais | POR CENTO | OBRAS REALIZADAS |
| 2.054 | Atividades dos Serviços de Esporte e Lazer | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.055 | Atividades de Clubes Amadores | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.121 | Emenda Impositiva Apoio Realização Evento Ciclístico | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.125 | EMENDA IMPOSITIVA - Atividades dos Serviços de Esporte e Lazer | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0037 - Proteção à Criança e ao Adolescente**

**OBJETIVO: Garantir a protenção da crianaça e adoslecente.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.050 | Criação e Manut. das Ativ. do Proj. Escoteiro Mirim e Garoto pela Paz | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.085 | Atividades do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.086 | Atividades do Conselho Tutelar. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.087 | Plano Aplicação do Fundo Municipal Direitos da Criança e Adolescente | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0038 - Amparo ao Idoso**

**OBJETIVO: Garantir o amparo ao idoso**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.075 | Apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0039 - Assistência Comunitária**

**OBJETIVO: Ações voltadas para o bem estar social, por meio de medidas que objetivem amparo e a proteção de pessoas ou grupos e se destinam a diminuir desequilíbrios sociais.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.076 | Manutenção das Atividades da Assistencia Social | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0041 - Pasep**

**OBJETIVO: Pagar**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.049 | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público | POR CENTO | PROGRAMA MANTIDO |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0043 - Apóio a Pessaos Portadoras de Deficiência**

**OBJETIVO: Garantir ao portador de deficiência qualidade de vida.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.084 | Atividades de Amparo ao Portador de Deficiência Física. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0044 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica**

**OBJETIVO: Exercer a vigilância em saúde de forma plena (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental), antecipando o recrudescimento de doenças e agravos prevalentes, mediante a intensificação de caráter preventivo.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.101 | Atividades da Vigilância Sanitária | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.102 | Manutenção das Atvividades da Vigilância em Saúde | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.103 | Atividades da Vigilância Epidemiólogica | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0047 - Coordenação da Política de Saúde**

**OBJETIVO: Coordenar a saude**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 0.001 | CONTRIBUIÇÃO À APAE | PERCENTUAL | CONTRIBUIÇÃO MANTIDA |
| 0.002 | CONTRIBUIÇÃO À AMA | PERCENTUAL | CONTRIBUIÇÃO MANTIDA |
| 2.091 | Subvenção social /Hospitais que tratam os municipes portadores cancer | POR CENTO | CONVENIO MANTIDO |
| 2.099 | Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.117 | SUBVENÇÃO SOCIAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PASSOS | POR CENTO | CONVENIO MANTIDO |
| 2.118 | EMFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE-CONRONA VIRUS(COVID-19) | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0048 - Coordenação da Política de Assistência Social**

**OBJETIVO: Coordenar a assitencia social**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.077 | Manutenção do CRAS - Centro de Referência da Assit. Social | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.078 | Atividades do Fundo Municipal de Assitência Social. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.079 | Convênios com Entidades Assistênciais / Comunitárias | POR CENTO | CONVENIO MANTIDO |
| 2.080 | Programa Bolsa Familia - IGD | POR CENTO | PROGRAMA MANTIDO |
| 2.081 | IGD SUAS- Indice Gestão Descentralizado Sistema Uni.Assis.Social | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.082 | PAIF-Serv.Proteção e Atendimento Integral a Familia- Piso Basico Fixo | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| 2.083 | Piso Mineiro de Assistencia Social | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0049 - Programa Saúde da Família**

**OBJETIVO: Aumentar a cobertura e a melhoria da qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo e tratamento, às necessidades de deslocamento da população.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.092 | Atividades da Saúde da Mulher. | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.093 | Manutenção Estratégia Saúde da Família (ESF) | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.109 | Atividade do Nucleo de Apoio a Saude da Familia(NASF) | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0055 - Manutenção de Estradas Vicinais**

**OBJETIVO: Manutenção das estradas**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.028 | Manutenção das Estradas Vicinais | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0056 - Aquisição de Veículos e Equipamentos**

**OBJETIVO: Compras de veiculos para o municipios**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.002 | Aquisição de Veículos e Equipamentos para as Estradas Vicinais | POR CENTO | BENS ADQUIRIDOS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0057 - Incentivo a Industrialização**

**OBJETIVO: Incentivar a industrialização do municipio.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.003 | Incentivo a Industrialização | POR CENTO | INDUSTRIA INCENTIVADA |
| 2.029 | Atividades do Desenvolvimento Econômico | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

# MUNICÍPIO DE FORTALEZA DE MINAS - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Programa: 0058 - Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável**

**OBJETIVO: Promoção com a participação da Comunidade e do poder Público, da valorização do pequeno produtor rural por meio do desenvolvimento local integrado.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 1.004 | Ampliação e Manutenção do Parque Exposição | POR CENTO | PARQUE DE EXPOSIÇÃO AMPLIADO E MANTIDO |
| 1.014 | Emenda Impositiva Mecanização Agricola | POR CENTO | BENS ADQUIRIDOS |
| 2.030 | Programa de Pisicultura Familiar | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.031 | Premiação do Torneio Leiteiro | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.038 | Mecanização Agrícola | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.115 | Consórcio Público- CONCAFE | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.120 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BANCO DE SÊMEN | POR CENTO | SERVIÇOS MANTIDOS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0059 - Apoio ao Ensino Superior**

**OBJETIVO: Incentivar a continuidade de estudos através da assistência a estudantes de cursos não existentes no Município.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.066 | Convênio com Entidades de Ensino Superior | POR CENTO | CONVENIO MANTIDO |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 0060 - Educação Especial**

**OBJETIVO: Capacitar professores e alunos de Educação Especial garantindo os instrumentos necessários ao ensino de qualidade, diminuindo a repetência e ampliando a oferta de vagas para o ensino.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 2.069 | Educação Especial | POR CENTO | ATIVIDADES MANTIDAS |
| **Total Programa** | | | |

**Programa: 9999 - Reserva de Contingência**

**OBJETIVO: Cobertura de eventuais riscos fiscais como despesas judiciais extraordinárias e outros passivos contingentes.**

| AÇÃO | DESCRIÇÃO | UNIDADE | RESULTADO ESPERADO |
|---|---|---|---|
| 9.999 | Reserva de Contingência | POR CENTO | RESERVA MANTIDA |
| **Total Programa** | | | |
| **Total Geral** | | | |

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Administração Da Secretaria, Emissão: 06/04/2023 , às 13:39:16 .